



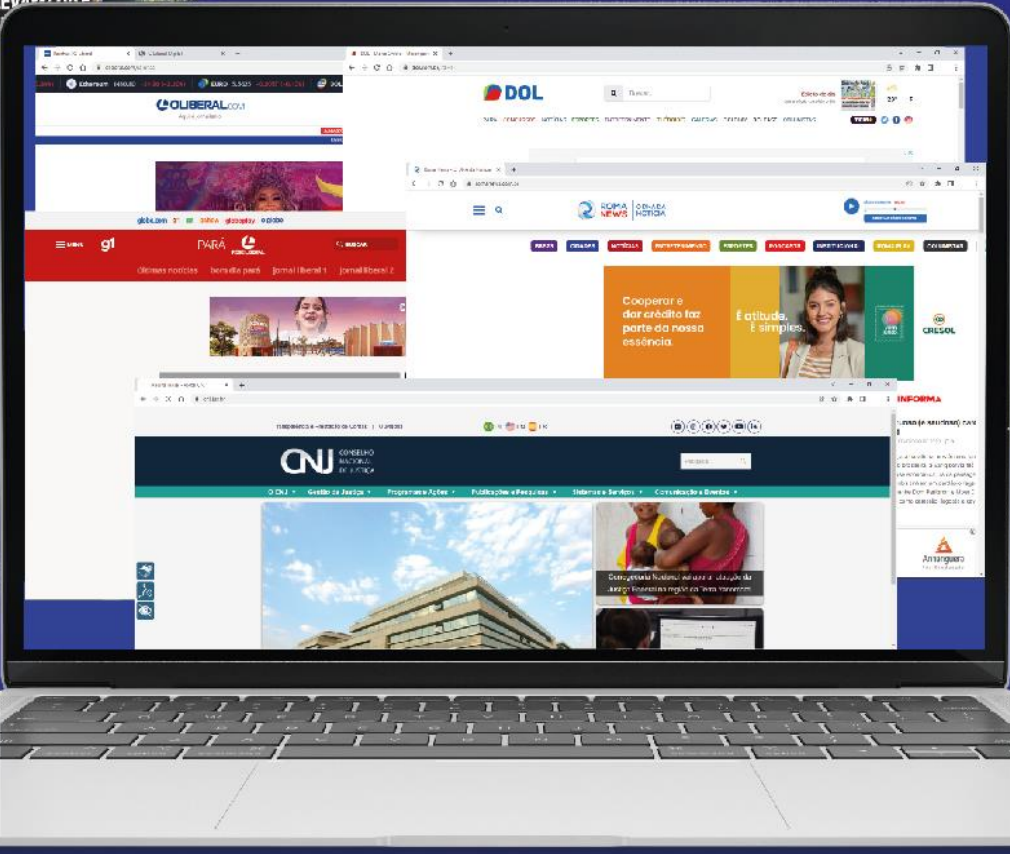
CLIPPING

Sexta-feira
02 de junho
de 2023



SEU BOLSO
SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO
A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.

DESFILE OFICIAL
ESCOLAS LEVAM CORO
BRILHO À AL



REPÓRTER

70

> OAB DISPUTA

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, divulgou ontem lista com candidatos que preenchem requisitos à disputa da vaga de desembargador no Tribunal de Justiça do Pará, pelo Quinto Constitucional - a indicação pela OAB.

LISTA

Treze nomes estão na disputa. São eles: Daniele Ribeiro de Carvalho Lima, Marcus Valério Saavedra Guimarães de Souza, Cesar Ramos da Costa, João Batista Vieira dos Anjos (João Índio), Alex Pinheiro Centeno, Odilon Vieira Neto, Humberto Feio Boulhosa, José Ronaldo Dias Campos, Kelly Cristina Garcia Salgado Teixeira, Roberta Pires Ferreira Veiga, Katia Tolentino Gusmão da Silva, Denis da Silva Farias, Lia Daniella Lauria e Hugo Leonardo Pádua Mercês.

> TERRA ISENÇÃO

Decisão da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado garantiu isenção, para comunidades quilombolas, da cobrança das taxas cartorárias de registro de títulos de propriedade coletivos expedidos pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa). A medida atendeu a uma solicitação da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (Seirdh) e vai beneficiar cerca de 70 mil famílias, algumas delas já com títulos em mãos, mas sem condições de pagar as taxas de cartórios.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM **POUCAS** LINHAS

➤ O presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Pará, engenheiro civil Hugo Aquino, participou essa semana de reunião com a juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Pará, Antonieta Mileo. A meta é um termo de cooperação técnica entre as instituições que permita intercâmbio de conhecimentos e participação de profissionais do instituto em eventos da instância da Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Poder Judiciário do Pará explica que desativar o aterro sem um novo destino para o lixo "implicará em gravíssimos problemas sanitários para a população"

ATERRO SANITÁRIO

Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba apoia federalização

COMPETÊNCIA - Grupo que luta pela desativação do aterro de Marituba acredita que a ação do MPPA reconhece as violações de direitos e sanitárias denunciadas há anos pelos moradores

BRUNA LIMA
DA REDAÇÃO

Membros do Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba festejaram iniciativa do Ministério Público do Pará (MPPA) que, na quarta-feira, enviou representação à Procuradoria-Geral da República solicitando abertura de incidente de deslocamento de competências, que, se aprovada, deixará sob os cuidados da Justiça federal as decisões sobre o Aterro Sanitário de Marituba. De acordo com o grupo, a decisão tem total apoio da população.

"A federalização vai se tornar um grande instrumento para que o desembargador Luís Gonzaga Neto não possa retroceder sobre finalização das atividades do aterro no dia 31 de agosto de 2023. Tam-

bém será decisivo para que não aconteçam mais crimes ambientais e contra a população, que sofre com as mazelas do aterro sanitário na cidade de Marituba", comemora Herbert Cesar Silva do Nascimento, membro do fórum.

Para Herbert, a iniciativa atesta que a tentativa de prorrogar o prazo de funcionamento seria um "atentado grave contra os direitos de quem vive no município". "É um povo que não dorme, que não toma café, não almoça e não janta sem sentir o fedor que vem do aterro. Sem contar os problemas de saúde enfrentados, que são visíveis na população que mora próximo do empreendimento. Os bairros Uriboca Novo, Uriboca Velho, Campina Verde, Santa Lúcia e Albatroz sofrem os maiores impactos, e de forma feroz", reforça.

**"É um povo que
não dorme, que
não toma café,
não almoça e não
janta sem sentir o
fedor que vem do
aterro".**

O Fórum Permanente Fora Lixão de Marituba foi criado em 2016, no Uriboca, pelo ativista ambiental André da Costa Nunes, com o objetivo de ampliar as discussões sobre os crimes ambientais decorrentes da implantação e funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário defende atuação segura e responsável

Também nesta quinta-feira, 1º, o Poder Judiciário do Pará se manifestou sobre o movimento que tenta federalizar o caso. Por meio de nota, o judiciário esclarece que está atuante na prestação jurisdicional acerca da matéria que trata do funcionamento do CPTR de Marituba, com a coordenação de várias audiências de conciliação entre as partes desde 2019.

A nota pontua que, de janeiro até hoje, foram realizadas várias reuniões, constituídos grupos de trabalho e designadas audiências virtuais e presenciais para estimular as partes a alcançarem um acordo para o problema, que é urgente e complexa.

O documento informa que em 30 de agosto de 2021 foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Pará o acordo proposto pelo Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio

Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, município de Ananindeua, município de Belém e empresa Guamá Tratamento de Resíduos, a fim de regular as condições e premissas da prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023.

Reforça, ainda, que em 18 de maio de 2023, em audiência coordenada pelo Poder Judiciário, as prefeituras de Belém, Ananindeua e Marituba aceitaram a proposição do governo do Pará sobre a gestão estadual tomar a frente para resolução acerca da reposição dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém (RMB). A proposta foi apresentada em audiência solicitada pela Procuradoria-Geral do Estado.

A nota destaca, por fim, que o Judiciário paraense prima pela

busca de um acordo ou transação mediada por este Poder, cuja competência material foi firmada e prorrogada por convenção entre as partes, inclusive com manifestação favorável do Ministério Público do Pará.

"Fechar o aterro sanitário sem a devida segurança de um novo local adequado para a deposição implicará em gravíssimos problemas sanitários a toda a população da Região Metropolitana de Belém", e completa. "Os processos acerca da matéria são complexos e estruturais, demandando sempre a atenção percutiente e envolta na razoabilidade, além do bom senso que sempre devem permear a atividade jurisdicional. Os feitos são públicos e estão disponíveis para consulta no portal do TJPA sob o nº. 0804262-32.2019.8.14.0000 e o nº. 0804251-03.2019.8.14.0000".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SEQUESTRADOR

Perícia comprova insanidade

SAUL ANJOS
Da Redação

A Polícia Científica do Pará (PCE-PA) constatou que Yann Carlos Monteiro Barroso, 27 anos, tem insanidade mental. A perícia feita pelo perito Elenilson José Santos da Costa que o rapaz que manteve por mais de 17 horas a animadora de festas Ana Júlia de Sousa Brito e os três filhos dela como reféns era, "ao tempo da prática delituosa portador de doença mental, sendo assim inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento".

Yann é legalmente inimputável e, segundo o Código Penal, não pode entender que o ato que cometeu era um crime e, por conta disso, não pode ser penalizado. O caso começou em 8 de março deste ano, no Dia Internacional da Mulher, terminou no dia 9 e foi visto em 111 países. Dois dias depois, o judiciário paraense decretou a prisão preventiva do sequestrador por roubo majorado.

A perícia foi divulgada no dia 15 do mês passado e chegou às mãos da juíza Clarice Maria de Andrade Rocha, titular, da 1ª Vara Criminal da Capital, na última segunda-feira (29). A advogada de defesa de Yann, Marilda Cantal, disse à Redação Integrada de O Liberal, ontem, que o laudo também será enviado ao Ministério Público (MPPA), após o pedido do perito Elenilson de que Yann seja internado.

"Acredito que no decorrer dessa semana ou da outra, ela (juíza Clarice) deve encaminhar ele (Yann) para ser internado no Hospital das Clínicas (Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna) ou em uma casa penitenciária que tenha condições de cuidar de uma pessoa que tenha problema assim", comentou a advogada do suspeito.

DEFESA

Assim que terminou o sequestro - a negociação mais longa da his-

tória do Estado -, Yann cravou uma faca no próprio pescoço, desmaiou por causa da perda de sangue e foi encaminhado ao Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, em Ananindeua.

"Não tentei me matar. Na hora em que a menina (Ana Júlia) foi libertada, a polícia correu toda em cima de mim e eu estava ainda com a faca na mão direita, enfiei no meu pescoço para ver se eles me socorriam e não me matavam", assumiu o sequestrador à advogada Marilda.

MEDO

Uma semana depois de ser sequestrada com os filhos, Ana Júlia disse que, para ela, foi o dia que eles renasceram. "Ele (Yann) estava se estressando a todo momento com meus filhos. Quando ele entrou, já estava defecado. A todo momento, ele não parava de defecar. Passava na gente. Quis que meus filhos comessem o bolo da mão dele. Um pedacinho só", acrescentou a vítima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

QUINTO

**OAB/Pará
informa
candidatos ao
desembargo****VALÉRIA NASCIMENTO**
DA REDAÇÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará divulgou ontem a lista nominal das candidaturas deferidas e indeferidas ao quinto constitucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

O quinto constitucional é um mecanismo de democratização da Justiça, pois garante que um quinto (20%) das vagas de determinados Tribunais destinem-se a integrantes do sistema de Justiça que não sejam magistrados de carreira. As inscrições para o processo do 'quinto' terminaram no dia 17 de maio passado.

A OAB Pará informou que recebeu 14 candidaturas, a entidade adotou uma novidade no edital, criando o sistema de cotas, também divulgou que para a composição da lista seria levada em consideração a paridade de gênero.

Ontem, a OAB divulgou os nomes dos aptos a concorrerem ao cargo de desembargador no TJPA: Daniele Ribeiro de Carvalho Lima, OAB/PA 11.915; Marcus Valério Saavedra Guimarães de Souza, OAB/PA 8.238; Cesar Ramos da Costa, OAB/PA 11.021; João Batista Vieira dos Anjos (João Índio), OAB/PA 7.770; Alex Pinheiro Centeno, OAB/PA 15.042; Odilon Vieira Neto, OAB/PA 13.878; Humberto Feio Boulhosa, OAB/PA 7.320; José Ronaldo Dias Campos, OAB/PA 3.234; Kelly Cristina Garcia Salgado Teixeira, OAB/PA 10.604.

Na lista ainda constam Roberta Pires Ferreira Veiga, OAB/PA 16.012; Katia Tolentino Gusmão Da Silva, OAB/PA 4.213; Denis da Silva Farias, OAB/PA 11.207; Lia Daniella Lauria, OAB/PA 10.719; Hugo Leonardo Pádua Mercês, OAB/PA 17.835.

Pela regra, ao final do processo, seis nomes serão escolhidos entre os candidatos que atenderem a todos os requisitos. A vaga ao desembargo no TJPA surgiu após a aposentadoria do desembargador Milton Nobre, em outubro de 2021.

Na próxima segunda-feira (5), terá início o prazo para impugnação, pois esse recurso passa a valer a partir do primeiro dia útil após a publicação da lista no Diário Eletrônico da OAB Pará. Como a publicação de ontem é válida apenas para a sexta-feira (2), o prazo para apresentar recursos começará no dia 5.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA garante que está atuante na questão do aterro de Marituba

Poder Judiciário do Estado se manifesta sobre o assunto após o MPPA pedir envolvimento do STJ para resolução do problema do lixo da RMB

SANEAMENTO

Carol Menezes

Depois de o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) solicitar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) seja envolvido na resolução da destinação do lixo produzido pela Região Metropolitana de Belém, o Poder Judiciário do Estado do Pará emitiu nota informando que está atuante na prestação jurisdicional acerca da matéria que trata do funcionamento do aterro sanitário de Marituba, com a coordenação de várias audiências de conciliação entre as

A justificativa do MPPA para a ação seria, dentre outros, a ausência de respostas por parte do Poder Judiciário Estadual.

De acordo com o Judiciário Estadual, de janeiro de 2021 até hoje, houve várias reuniões, formação de grupo de trabalho e designações de audiências virtuais e presenciais, sempre estimulando as partes a alcançarem, por seus próprios meios, uma alternativa de solução para uma demanda social urgente e complexa.

Em 30 de agosto de 2021, foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Pará o acordo proposto pelo Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sus-



Em nota divulgada, o Tribunal de Justiça fez um histórico de ações no caso, desde janeiro de 2021

FOTO: MAURO ÂNGELO

tentabilidade (Semas) e da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, município de Ananindeua, município de Belém e empresa Guamá Tratamento de Resíduos, a fim de regular as condições e premissas da prorrogação do funcionamento do CPTR de Marituba até 31 de agosto de 2023.

E mais recente, em 18 de maio de 2023, em audiência coordenada pelo Poder Judiciário, as prefeituras de Belém, Ananindeua e Marituba aceitaram a proposição do Governo do Pará para que o ente estadual tome a frente da resolução acerca da reposição dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de

PARA ENTENDER

PROCESSOS

Segundo nota divulgada pelo TJPA, "os processos acerca da matéria são complexos e estruturais, demandando sempre a atenção percuciente e envolta na razoabilidade, além do bom senso que sempre devem permear a atividade jurisdicional. Os feitos são públicos e estão disponíveis para consulta no portal do TJPA sob o nº. 0804262-32.2019.8.14.0000 e o nº. 0804251 03.2019.8.14.0000".

Belém (RMB). A proposta foi apresentada em audiência solicitada pela Procuradoria Geral do Estado.

COMPETÊNCIA

Por fim, o documento reforça que o Judiciário paraense prima pela bus-

ca de um acordo ou transação mediada por este Poder, cuja competência material foi firmada e prorrogada por convenção entre as partes, inclusive com manifestação favorável do Ministério Público do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Falsa lotérica: julgamento ocorrerá semana que vem

DENÚNCIA

O processo que apura responsabilidade por crime de estelionato, apropriação indébita e associação criminosa de 13 acusados, um deles foragido, terá mais uma última audiência de continuidade, na próxima terça-feira (6), quando serão interrogados os réus Lorrann Kirk Souza Abreu e Arthur Eustáquio do Nascimento, que terão de comparecer presencialmente, sob pena de ter prisão decretada.

A decisão da juíza Cristina Sandoval Coulyer, da 3ª Vara Criminal de Belém, onde tramita o processo, atendeu requerimento promotor de justiça do caso, Roberto Souza, que considerou o fato de os dois acusados responderem o processo em liberdade, devem estar presencialmente para interrogatório.

Na audiência de ontem foram ouvidos nove acusados, devidamente acompanhados dos respectivos advogados habilitados. Somente Dante Felipe Muceli, que está preso no Ceará, foi interrogado por videoconferência. O acusado estava acompanhado do advogado José Augusto Neto.

Três dos réus são assistidos pelo defensor público Daniel Sabbag. Durante a audiência, os advogados desistiram dos depoimentos das 22 testemunhas da defesa. A última testemunha arrolada pela acusação, Jose Alirio Gomes Maia, relatou ser morador no bairro do Guamá e estando desempregado passou a trabalhar para o grupo na distribuição

de panfletos, somente por uma semana quando foi dispensado sem receber pagamento algum. O prestador de serviço disse não reconhecer nenhum dos acusados presentes à audiência.

O golpe durava de três a sete dias, e começava com um dos denunciados alungando os pontos comerciais, fazendo divulgação dos serviços dentro do bairro. Os pontos foram instalados, no bairro do Guamá, em Belém, e outro na Cidade Nova, em Ananindeua.

Os envolvidos informavam às vítimas, que receberiam o comprovante de pagamento através do celular. O grupo ficava uma semana depois, um novo ponto era alugado e quando as vítimas percebiam que os pagamentos não tinham sido compensados encontravam a “casa lotérica” fechada.

Na versão de Dante Felipe Muceli não se tratava de golpe. Ele disse que os pagamentos eram compensados com agendamento e por falha no sistema do aplicativo não houve a compensação das contas. O acusado disse que, “se tivesse chance, poderia ressarcir as pessoas com os R\$24 mil reais, encontrados pela Polícia Rodoviária Federal”. O valor foi apreendido com os outros denunciados.

O cearense Francisco Joel, natural de Beberibe, também envolvido no esquema ilegal, disse em interrogatório que não sabia do que se tratava e apenas foi contratado para trabalhar como caixa da lotérica. Ele garantiu ter sido agenciado por dois outros indiciados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



28º CIPM de Juruti

**SEXTA-FEIRA**
POLÍCIA APREENDE MAIS DE 10KG DE DROGAS EM JURUTI
PÁGINA 7

Diário do Pará

POLÍCIA

PRISÕES

'DISCIPLINA' DE FACÇÃO É PRESO EM OPERAÇÃO

CERCO AO CRIME

Foi deflagrada na quarta-feira (31) a Operação Disciplina (disciplina em latim), com foco no cumprimento de mandado para a prisão preventiva de suspeito de participação em uma facção criminosa, no município de Cachoeira do Arari. O homem seria aquele que mantinha a disciplina do grupo criminoso.

A equipe de policiais civis, comandada pelos delegados Artur Maurício e Itamar Aleixo, após trabalho investigativo, identificou, de forma detalhada, a participação de cada suspeito. Um procedimento foi instaurado pela polícia e o pedido da prisão preventiva, busca e apreensão foi aceito pela Justiça.

Em relatório feito pelos agentes de segurança, foi verificado que a organização criminosa recruta pessoas com a finalidade de praticar infrações penais e, dentro da facção, há uma divisão de tarefas para alcançar

qualquer vantagem ilícita a ser partilhada entre os integrantes.

A polícia cumpriu os mandados de duas prisões preventivas e quatro de busca e apreensão. Com os suspeitos foram apreendidos cinco celulares, cinco cartuchos de munições deflagradas, duas de prata e certa quantidade de droga, entre maconha e cocaína.

Segundo o delegado Artur Maurício, coordenador da operação, o trabalho se deu de forma exitosa pela ação conjunta de todos os policiais civis que atuaram na operação e pela contribuição da população.

"A equipe passou muito tempo monitorando, fazendo trabalho de campanha, relatórios para identificar os envolvidos. Foram solicitadas as prisões preventivas através do delegado Itamar Aleixo e, na tarde de ontem, os policiais deflagram os cumprimentos dos mandados de prisão, tendo total êxito."

O delegado ressalta ainda a importância que a sociedade de Cachoeira do Arari tem como papel fundamental para coibir o crime organizado e o tráfico de drogas.



Agentes da segurança pública cumpriam dois mandados de prisões preventivas e quatro de busca e apreensão e apreenderam armas e drogas após operação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Audiência Pública vai tratar da situação do fornecimento de água em Jacundá

A concessionária Jacundá Ambiental enfrenta desafios como a alta inadimplência, a resistência de potenciais clientes em se conectarem à rede de abastecimento e queixas relacionadas à cobrança da taxa de disponibilidade

INADIMPLÊNCIA

Da Redação

O município de Jacundá, distante cerca de 114 quilômetros de Marabá no sudeste paraense, vai receber uma Audiência Pública para tratar da atual situação do fornecimento de água para o município.

A audiência pública tem como objetivo promover a discussão sobre a relação da empresa com a sociedade local, em particular com os consumidores. A concessionária Jacundá Ambiental enfrenta desafios como a alta inadimplência, a resistência de potenciais clientes em se conectarem à rede de abastecimento e queixas relacionadas à cobrança da taxa de disponibilidade. Serão discutidas possíveis soluções e melhorias nesses aspectos durante a audiência.

A primeira Audiência Pública que será realizada nesta sexta-feira (2) terá como foco principal o fornecimento de água pela concessionária Jacundá Ambiental, intermediada pelo Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania do Pará (Cejusc) de Marabá. Alguns dos temas que serão discutidos durante a audiência são a qualidade da água, investimentos realizados pela



Alguns dos temas que serão discutidos durante a audiência são a qualidade da água, investimentos realizados pela empresa e cobranças judiciais. FOTO: AD SOUZA/IC

empresa e cobranças judiciais.

Entre os convidados com presença confirmada, destaca-se Luana Pretto, Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil. O Instituto Trata Brasil monitora os indicadores dos principais municípios do país desde 2009, com o objetivo de evidenciar a realidade

do saneamento básico, um problema histórico no Brasil. Luana Pretto apresentará uma análise aprofundada dos indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referentes ao ano de 2021, com base em um relatório publicado pelo Ministério das Cidades.

Além de Luana Pretto, outras figuras de destaque estarão presentes na audiência, como a juíza Adriana Divina da Costa Tristão, a Promotora de Justiça Lilian Viana Freire, o Defensor Público José Erickson Ferreira Rodrigues, o presidente da Câmara de Vereadores Josimar Tu-

mar Lima, os vereadores Wilson Soares Rosa e Daniel Siqueira Neves, o gerente de contrato da Jacundá Ambiental Douglas dos Reis dos Santos, o presidente da empresa Ricardo Coifman e o advogado Jhonata Oliveira. (Com informações de Antônio Barroso, de Jacundá)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

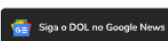


AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Lotéricas falsas: golpistas são chamados para audiência

Processo apura responsabilidade por crime de estelionato, apropriação indébita e associação criminosa

quinta-feira, 01/06/2023, 17:08 - Autor: Marli Portilho - DOL/ Com informações TJPA

 Uma das lotéricas falsas abertas pelo grupo criminoso, segundo a polícia | Foto: Polícia Civil/Reprodução

O processo que apura os crimes de estelionato, apropriação indébita e associação criminosa de 13 acusados, um deles foragido, terá mais uma última audiência quando serão interrogados os réus Lorrann Kirk Souza Abreu e Arthur Eustáquio do Nascimento, que terão que comparecer presencialmente ao fórum sob pena de ter prisão decretada. Eles são acusados de [aplicar golpes em casas lotéricas falsas em Belém e Ananindeua](#). A audiência de instrução está marcada para o próximo dia 6 de junho.

A decisão da juíza Cristina Sandoval Coulyer, da 3ª Vara Criminal de Belém, onde tramita o processo, atendeu requerimento do promotor de justiça do caso, Roberto Souza, que considerou o fato dos acusados responderem o processo em liberdade, devem comparecer presencialmente para interrogatório.

Na audiência desta quarta-feira (31), foram ouvidos nove acusados, acompanhados dos respectivos advogados. Somente Dante Felipe Muceli, que está preso no Ceará, foi interrogado por vídeo conferência.

Três dos réus estão sendo assistidos pelo defensor público Daniel Sabbag. Durante a audiência, os advogados desistiram dos depoimentos das 22 testemunhas da defesa.

A última testemunha de acusação Jose Alírio Gomes Maia, morador no Bairro do Guamá, contou que trabalhou para o grupo na distribuição de panfletos e uma semana depois foi dispensado sem receber o pagamento. O prestador de serviço disse não reconhecer nenhum dos acusados presentes à audiência.

Em depoimento, Dante Felipe Mucelli negou o golpe e disse que os pagamentos eram compensados com agendamento e por falha no sistema do aplicativo não houve a compensação das contas. O acusado disse ainda que, “poderia ressarcir as pessoas com os R\$24 mil reais, encontrados pela Polícia Rodoviária Federal”. O valor foi apreendido com os outros suspeitos.

O cearense Francisco Joel, também envolvido no esquema ilegal, que não sabia do que se tratava e apenas foi contratado para trabalhar como caixa da lotérica.

Só após os dois últimos interrogatórios em 6 de junho, encerra a instrução e o processo entrará na fase das considerações finais para finalmente serem analisadas todas as provas coletadas e finalmente anunciada a sentença.

Entenda o caso:

O golpe das casas lotéricas falsa durava de três a sete dias, e começava com um dos denunciados [alugando os pontos comerciais, fazendo divulgação](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

dos serviços dentro do bairro. Os pontos foram instalados, no bairro do Guamá, em Belém, e outro na Cidade Nova, em Ananindeua.

Os suspeitos informavam às vítimas, que elas receberiam o comprovante de pagamento através do celular. Uma semana depois, um novo ponto era alugado e quando as vítimas percebiam que os pagamentos não tinham sido compensados encontravam a “casa lotérica” fechada.



LAUDO PSIQUIÁTRICO

Jovem que fez família refém em Belém tem transtorno mental

Em março desse ano, o rapaz fez refém uma mãe e três crianças que estavam dentro de um carro de aplicativo estacionado na avenida Augusto Montenegro

quinta-feira, 01/06/2023, 16:47 - Autor: Marli Portilho - DOL



Lauro comprova insanidade mental de Yan Carlos Barroso, de 27 anos. | Reprodução

Em março desse ano, o jovem Yan Carlos Barroso, de 27 anos, fez [refém uma mãe e três a bordo de um carro de aplicativo](#) estacionado na Avenida Augusto Montenegro, uma das principais vias de Belém. [Foram 17 horas de negociações entre os policiais e o suspeito](#) até atingir o desfecho favorável para todos.

Depois de se entregar, Yan foi atendido por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e [encaminhado para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência \(HMUE\)](#), em Ananindeua.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na época, durante entrevista a RBA TV, avó de Yan reforçou que o suspeito apresentava um histórico com problemas psicológicos que se agravaram depois da separação do rapaz com a ex-mulher.

Após ser liberado do hospital, Yan foi encaminhado para o sistema prisional do Pará. Antes disso, ele foi levado para avaliação psicológica para análise do quadro de saúde mental.

Nesta quarta-feira (31), a advogada de defesa de Yan, Marilda Cantal, divulgou o resultado do laudo que comprova a insanidade mental do rapaz.

Ao **DOL**, a advogada informou que o laudo comprova a doença mental do rapaz será encaminhada a juíza da 1ª Vara Criminal de Belém e ao Ministério Público (MPPA) e assim pedir a internação de Yan para tratamento específico em clínica psiquiátrica da capital paraense.

"No laudo o médico que fez os exames no Yan pede que o tratamento seja internação, então a tendência daqui pra frente junto com a justiça é que seja acatado essa internação, já que ele não pode estar em um presídio de comum devido a doença mental", disse a advogada.



Foto: Reprodução

Sequestro na Augusto Montenegro: laudo aponta que sequestrador tem transtorno mental

POR CASSIO LEAL | 01 DE JUN DE 2023, 18:31

O caso de repercussão nacional, ocorrido em Belém, está prestes a completar 3 meses. O [sequestro foi o mais longo ocorrido na capital paraense](#), durando cerca de 17h, em um das vias mais movimentadas de toda a cidade e foi destaque durante a cobertura do Portal **Roma News**. Dessa vez o caso ganha mais um desdobramento, onde o laudo divulgado esta semana aponta que o sequestrador tem transtorno mental.

O portal **Roma News** conversou com a advogada Marilda Cantal, que representa Yann, e divulgou os documentos dos exames realizados pelo IML. O laudo de Yan Carlos Monteiro, de 27 anos, aponta que o sequestrador que manteve Ana Julia, de 26 anos, feita de refém com os filhos, tem transtorno mental, tornando inimputável de qualquer crime que tenha cometido.

Segundo a advogada, o documento foi recebido pela juíza que acompanha o caso e deve encaminhar para o Ministério Público, no documento o médico comprova a doença e solicita a internação de Yann para realizar tratamento.

“Foi recebido agora esse laudo, dia vinte e nove, que chegou para juíza. Ela vai mandar para o Ministério Público para a defesa tomar ciência. O IML pede que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

o caso dele seja internação, para ele ser internado para tratamento, eu acho que é o caminho vai ser feito”, disse a advogada.

No documento, o perito detalha personalidade de Yann e conclui que ele é incapaz de entender o crime que cometeu, tornando inimputável.

“Na luz do conhecimento atual e do ponto de vista psiquiátrico forense, o periciando era, ao tempo da prática delituosa portador de doença mental, sendo assim inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento. Fica, portanto, ao abrigo do previsto no caput do artigo 26 do código penal brasileiro, na condição de inimputável”, conclui o perito.

Agora, ele deve esperar a decisão final para ser encaminhado e internado para realizar o tratamento.

Como começou

O fato começou por volta das 19h da última quarta-feira, 8. [O homem, armado com uma faca, rendeu uma mulher identificada como Ana Júlia e os três filhos dela:](#) uma criança de 3 anos, uma de [7 e outra de 10](#), enquanto eles entravam em um carro de aplicativo. No momento em que percebeu a ação, o motorista do veículo conseguiu sair e pedir ajuda.

Negociação

[O local ficou cercado por viaturas da PM, Rotam, SAMU e Corpo de Bombeiros.](#) A via permaneceu fechada nos dois sentidos Belém/Icoaraci e Icoaraci/Belém. A polícia militar tentou a todo momento negociar com o homem, mas ele seguia irredutível.

O governador [Helder Barbalho, se posicionou nas redes sociais sobre o ocorrido](#) e segundo ele toda força de segurança especializada estava trabalhando na ação.

Crianças liberadas

Às 22h50, uma das crianças mantidas reféns no veículo, foi liberada, a segunda criança foi liberada às 23h39min. Já a menina de [três anos foi liberada às 10h10 min](#) da manhã desta quinta-feira, 9. Os três foram atendidos pelo Corpo de Bombeiros.

Relato da família

Segundo a polícia, Yan estava muito nervoso e não permitia a aproximação de nenhum agente, ao menos para entregar água para as vítimas. A família dele afirmou que ele não é bandido e nem criminoso, só está doente. [Uma tia de Yan relatou](#) que a família tentou buscar ajuda para interná-lo, em vários hospitais da capital, mas não obteve êxito.

“Ele veio de Santa Catarina para cá, foi morar lá a trabalho, ele estava trabalhando, tava casado e após o término do relacionamento, piorou o surto dele”, disse Lorena.

O pai de Yan, emocionado, [disse que seu filho estava em surto](#) e que não era bandido. “Isso não foi um assalto e nem roubo, vocês viram, ele apenas surtou”, disse aos prantos.

Repercussão

O caso repercutiu nacionalmente, [os portais Uol, Correio Braziliense, Metrôpoles, Jornal de Brasília e R7](#), publicaram reportagens sobre a ação que já é considerada o sequestro mais longo da capital paraense.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Quinto Constitucional: OAB divulga lista dos advogados aptos para concorrer ao cargo de desembargador

POR FERNANDA CAVALCANTE | 01 DE JUN DE 2023, 16:00

COMPARTILHAR:



A Ordem dos Advogados (OAB) no Pará divulgou, nesta quinta-feira, 1, a [lista dos advogados](#) que tiveram suas inscrições aprovadas para concorrer ao Quinto Constitucional, processo para a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA). Quatorze nomes preencheram todos os requisitos legais e tiveram suas inscrições deferidas.

Esse ano, o edital do [Quinto Constitucional](#) tem uma novidade: o sistema de cotas. Além disso, a paridade de gênero também deverá ser levada em consideração.

Confira a [lista](#) dos advogados que poderão concorrer ao cargo:

1. Daniele Ribeiro De Carvalho Lima, OAB/PA 11.915
2. Marcus Valério Saavedra Guimarães De Souza, OAB/PA 8.238
3. Cesar Ramos Da Costa, OAB/PA 11.021
4. João Batista Vieira Dos Anjos (João Índio), OAB/PA 7.770
5. Alex Pinheiro Centeno, OAB/PA 15.042
6. Odilon Vieira Neto, OAB/PA 13.878

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

7. Humberto Feio Boulhosa, OAB/PA 7.320
8. José Ronaldo Dias Campos, OAB/PA 3.234
9. Kelly Cristina Garcia Salgado Teixeira, OAB/PA 10.604
10. Roberta Pires Ferreira Veiga, OAB/PA 16.012
11. Katia Tolentino Gusmão Da Silva, OAB/PA 4.213
12. Denis Da Silva Farias, OAB/PA 11.207
13. Lia Daniella Lauria, OAB/PA 10.719
14. Hugo Leonardo Pádua Mercês*, OAB/PA 17.835

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após pedido para federalizar caso de aterro, TJ do Pará diz que 'fechá-lo sem novo local implicará em gravíssimos problemas sanitários'

MP protocolou junto à PGR pedido apontando graves violações dos direitos humanos. A solicitação ocorre após a data de encerramento ter sido prorrogada diversas vezes pela Justiça. Atual prazo é em agosto.

Por g1 Pará — Belém

01/06/2023 13h27 · Atualizado há 23 horas



Aterro de Marituba — Foto: MPPA

Após o pedido do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) à Procuradoria Geral da República (PRG), para federalizar, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caso do aterro sanitário de Marituba, na Grande Belém, o Tribunal de Justiça do Pará disse que "fechar o aterro sem a devida segurança de novo local implicará em gravíssimos problemas sanitários".

O [pedido do MP apontou graves violações de direitos humanos](#) na implantação e operação do aterro e afirmou que há ausência de respostas da Justiça

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

paraense diante de várias vezes em que o prazo de encerramento do local fora adiado. O aterro recebe grandes quantidades de resíduos dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba.

Em nota, o Poder Judiciário do Estado do Pará disse que "está atuante na prestação jurisdicional acerca da matéria que trata do funcionamento do aterro, com a coordenação de várias audiências de conciliação entre as partes desde 2019".

Segundo o TJ, desde janeiro de 2021 houve várias reuniões, formação de grupo de trabalho e designações de audiências virtuais e presenciais buscando alternativa de solução para demanda social urgente e complexa.

O TJ informou que, em 30 de agosto de 2021, foi homologado acordo proposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, Município de Ananindeua, Município de Belém e empresa Guamá Tratamento de Resíduos, para regular condições e premissas da prorrogação do funcionamento do aterro até 31 de agosto de 2023.

A audiência mais recente, segundo o TJ, foi dia 18 de maio de 2023, em que as Prefeituras de Belém, Ananindeua e Marituba aceitaram proposição do Governo para que o ente estadual tome a frente da resolução. A proposta foi apresentada em audiência solicitada pela Procuradoria Geral do Estado.

"O Judiciário paraense prima pela busca de um acordo ou transação mediada por este Poder, cuja competência material foi firmada e prorrogada por convenção entre as partes, inclusive com manifestação favorável do MPPA", afirma o tribunal.

O TJ disse ainda que "os processos acerca da matéria são complexos e estruturais, demandando sempre a atenção percuente e envolta na razoabilidade, além do bom senso que sempre devem permear a atividade jurisdicional".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pedido de federalização

O pedido à PGR foi assinado pelo procurador de Justiça Waldir Macieira Filho e pelos promotores de Justiça Eliane Moreira, Raimundo Moraes, Nilton Gurjão e Quintino Farias.

O MP aponta que, com fundamento no art. 109, §5º, da Constituição Federal, a representação "visa levar ao conhecimento da PGR (...) violações de direitos humanos perpetradas contra o meio ambiente e a saúde da população, fatos que demandam a imprescindível necessidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte em especial a Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de Direitos Cíveis e Políticos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outros".

O documento indica que há "ausência de respostas por parte do Poder Judiciário Estadual e dos obstáculos criados para a defesa dos direitos humanos relativo à indevida fixação de competência nominal de um único magistrado, gerando":

- supressão de instâncias judiciais;
- prorrogação ilegal do prazo de funcionamento do aterro;
- violação do princípio do Juiz Natural como Direito Humano relativo às Garantias Judiciais;
- a ausência de cumprimento e de consequências ao descumprimento dos acordos anteriores;
- ausência de resposta aos recursos interpostos pelo MPPA;
- retenção e não disponibilização pelo Judiciário de valores destinados à implantação de medidas emergenciais em benefício do meio ambiente e da população de Marituba.

O MP entendeu que os fatores levantados violam direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, incluindo Direito à vida; Direito à

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

integridade pessoal; Garantias judiciais; Direito a indenização; Proteção da honra e da dignidade; Proteção da família; Direitos da criança; Direito à propriedade privada; Direito de circulação e de residência; Igualdade perante a lei; Proteção judicial; e direito ao meio ambiente sadio.

Um dos impactos apontados é o caso de povos e comunidades tradicionais, como o quilombo Abacatal, em Ananindeua, "tanto na afetação de seu território quanto ao direito de Consulta Prévia, Livre e Informada, prevista no artigo 6º da Convenção 169 da OIT".

Sobre o aterro

[A menos de 100 dias](#) o aterro sanitário de Marituba deve ter suas atividades encerradas. O espaço recebe todos os dejetos dos três maiores municípios da região metropolitana de Belém e nenhuma medida foi tomada quanto à destinação do lixo.

Proposta de encerramento já havia sido homologada em 2021, sendo adiado para agosto deste ano, dando um prazo maior para os municípios ofertarem soluções para a problemática do lixo de Belém e região metropolitana.

O Ministério Público apontou que nenhuma medida foi iniciada e que falta comprometimento dos órgãos envolvidos. O órgão informou que buscou assessoria especializada para analisar as soluções e tecnologias disponíveis e possíveis de execução para o município.

A Semas disse ainda que segue acompanhando o termo de ajuste de conduta de adequação ambiental.

Em nota, a Guamá Tratamento de Resíduos, que opera o aterro, não foi notificada referente à ação do MP. A empresa disse ainda que, "com transparência, ética e integridade, reafirma seu empenho nos diálogos com a comunidade e no compromisso com saúde e o meio ambiente e segue à disposição da justiça".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pistoleiros condenados ainda circulam livremente no Pará, aponta relatório inédito sobre conflitos agrários

Comissão Arns ouviu relatos de vítimas, testemunhas e autoridades de cidades onde já ocorreram conflitos no sudeste do Pará e apresenta sugestões de medidas a autoridades.

Por g1 Pará

01/06/2023 12h57 - Atualizado há 23 horas



Em abril, comissão participou de ato pelos 27 anos do Massacre de Eldorados dos Carajás, um dos conflitos agrários no estado — Foto: Comissão Arns/Divulgação/

Pistoleiros condenados e envolvidos em conflitos no campo circulam livremente pelo interior do Pará. É o que aponta o relatório inédito divulgado nesta quinta-feira (1º) pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Arns. Segundo o levantamento, a livre circulação de pistoleiros condenados colabora para o descrédito das instituições.

O documento foi entregue pela manhã ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, apontando recomendações de ações governamentais para enfrentamento da violência e impunidade no sul e sudeste do Pará.

Uma das recomendações é uma **grande operação local de desarmamento e fiscalização** nas regiões visitadas, organizada pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, em conjunto com o governo do Pará, além de apoio intensivo do Departamento de Polícia Federal e coordenada com a Polícia Militar local.

A indicação também é para que seja imediatamente constituída uma força-tarefa a fim de dar cumprimento a mandados judiciais contra os condenados.

O relatório resulta de expedição que durou cinco dias realizada pela Comissão Arns [em abril em território paraense](#) marcados pela criminalidade.

Intitulado “Pará – Sem justiça não há paz”, o relatório compila relatos de vítimas, testemunhas e autoridades locais em esforço de alertar para a gravidade da situação na região, considerada uma das mais violentas do país.

O ex-ministro dos Direitos Humanos e membro da Comissão, Paulo Vannuchi, afirma que "o histórico de crimes emblemáticos, como o massacre de Eldorado do Carajás, de 1996, e o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005, mostra que a precariedade da segurança pública nessas localidades não é recente nem desconhecida, mas prevalece há décadas".

"A situação piorou nos últimos anos com **políticas armamentistas** e a **formação de milícias rurais**, para além da velha pistolagem. As recomendações são formas de recompor a eficiência dos órgãos de segurança".

De acordo com a Comissão, a entrega aos representantes de Estado está sendo realizada prioritariamente em Brasília (DF). Além do ministro Dino, mais autoridades devem receber o relatório, como o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; o dos Direitos Humanos, Silvio Almeida; a presidente do

Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber; a subprocuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Pará, Ubiragilda Pimentel; o Secretário de Direitos Humanos do Pará, Jarbas Vasconcelos, entre outros.

Proteção a defensores

Além da recomendação de grande operação para desarmamento e fiscalização em municípios como [Marabá](#), Eldorado do Carajás, [Anapu](#) e [Altamira](#), onde há constante ameaça de grileiros, garimpeiros, madeireiros e milícias, segundo o relatório, há também a proposta de revitalizar o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH).

Além disso, a comissão propõe articular o envolvimento do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Pará (MPE), na investigação da atuação de bandos armados organizados.

A Comissão também chama atenção para a retomada dos trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em particular na Unidade Avançada de Altamira e do Posto de Anapu, bem como do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), com a regularização dos projetos de assentamento e desenvolvimento sustentável, assim como com a retomada de terras públicas.

Ainda é recomendada a revisão do regimento do Incra para a eliminação de normas que dificultam a ação do órgão.

O relatório recomenda, ainda, esforço operacional concentrado do MPPA e da Secretaria de Segurança Pública para solucionar [o massacre da família do ambientalista Josué Gomes](#), o Zé do Lago, em São Félix do Xingu, em janeiro de 2022, assim como para o cumprimento de mandados de prisão em aberto.



Família de ambientalistas é morta no interior do Pará. — Foto: Reprodução / TV Liberal

Outros casos que devem ter suas investigações e processos criminais acompanhados são:

- o Massacre de Pau D'Arco, na Fazenda Santa Lúcia,
- os ataques de bandos armados à Comunidade Divino Pai Eterno, em São Félix do Xingu.

A Comissão considera importante o acompanhamento direto da presidência do Tribunal de Justiça do Pará, em apoio aos esforços do MPPA para efetivar o cumprimento de mandados judiciais descumpridos, bem como para as recém-criadas comissões de mediação de conflitos fundiários coletivos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Já as empresas que atuam na região também precisam reforçar sistemas de conformidade legal e socioambiental, aponta o relatório.

O que diz o governo

A Segup disse, em nota, que "aguarda o recebimento do relatório a ser enviado pela comissão e reitera que as forças de segurança pública estão atuando nas regiões citadas há mais de 100 dias por meio da "Operação Curupira" que combate a ilícitos ambientais e outros delitos que estão ligados aos conflitos nas regiões, resultando em 13 prisões, apreensões de 30 armas de fogo e 220 munições, além da fiscalização de mais de 30 garimpos".

A Segup afirmou ainda que o Governo implantou dois Batalhões Rurais da Polícia Militar, em Marabá e [Castanhal](#), com o objetivo de coibir ações criminosas na área rural.

Sobre a Comissão

Criada em fevereiro de 2019, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns - busca dar visibilidade e acolhimento institucional a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente contra negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+, mulheres, jovens, comunidades urbanas ou rurais em situação de extrema pobreza.

A Comissão Arns trabalha em rede com outras organizações sociais para detectar casos, dar suporte a denúncias, encaminhar questões a Judiciário e organismos internacionais, promover ações específicas junto a lideranças políticas e mobilizar a sociedade.

Em seu nome, foi destacada a figura do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), arcebispo Emérito de São Paulo. Em 1972, Dom Paulo criou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, porta aberta no acolhimento das vítimas da repressão política e policial no país.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Procuradoria aguarda manifestação da Justiça sobre licitação do transporte público em Santarém

A Procuradoria Geral do Município de Santarém recorreu da decisão de desembargador do TJPA, que suspendeu o certame.

Por g1 Santarém e Região — PA

01/06/2023 16h51 · Atualizado há 20 horas



A saga da licitação do transporte público em [Santarém](#), oeste do Pará, continua. A Prefeitura de Santarém por meio da Procuradoria Geral do Município recorreu da decisão do desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que suspendeu o [processo licitatório para concessão do serviço de transporte público](#), e aguarda manifestação do Tribunal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“No dia 16 de maio seria feita a abertura dos envelopes, mas infelizmente uma empresa que não é do estado do Pará, impetrou mandado de segurança no TJPA. Segundo a empresa existiam inconsistências no edital, de caráter técnico. Por esse motivo o desembargador plantonista decidiu de forma favorável, e suspendeu o processo licitatório”, informou a Procuradora Geral do Município, Paula Piazza.

A procuradora informou ainda que, a PGM ingressou com um Agravo Interno, que é o "remédio jurídico" capaz de destravar a licitação. O processo permanece suspenso até que encerre o prazo para manifestação da empresa licitante.

O prazo encerra no dia 12 de junho, e até o momento não há nenhuma resposta por parte dela.

A empresa é a Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. Ela alegou que no dia 08 de maio, endereçou à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santarém, impugnação administrativa ao edital da licitação, que foi respondido, em tempo insuficiente para adoção das medidas necessárias para correção de ilegalidades apontadas por ela no edital.

A Concorrência 001/2023 está sendo promovida pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (“STM”) tem a finalidade de selecionar empresa ou consórcio de empresas para prestar serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus no Município de Santarém/PA, dividido em 3 lotes de serviços, em regime de concessão comum, do tipo “melhor proposta técnica, com preço fixado no edital”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Refém na Augusto Montenegro: laudo comprova insanidade de Yann e pede internação

Segundo o documento, Yann não tinha condições de entender o sequestro que havia cometido



O Liberal

01.06.23 19h36



A defesa de Yann diz que o laudo constata inimputabilidade dele. (Foto: Reprodução Redes Sociais)

A [Polícia Científica](#) do Pará (PCEPA) comprovou que [Yann Carlos Monteiro Barroso](#), de 27 anos, possui [insanidade mental](#). A perícia de realizada pelo perito **Elenilson José Santos da Costa**, constatou que, durante as mais de **17 horas** que o suspeito manteve a **animadora de festas Ana Júlia de Sousa Brito e os três filhos dela como reféns**, Yann era, “ao tempo da prática delituosa portador de doença mental, sendo assim inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Por conta disso, a PCEPA o colocou na condição de inimputável, que segundo o [Código Penal](#), não pode entender que o ato que cometeu era um crime e, por conta disso, não pode ser penalizado. O caso começou no dia 8 de março deste ano, no Dia Internacional da Mulher, terminou no dia 9 e foi visto em 111 países. Dois dias depois, o judiciário paraense decretou a prisão preventiva do sequestrador por roubo majorado.

O documento da PCEPA foi divulgado no dia 15 do mês passado e chegou às mãos da juíza Clarice Maria de Andrade Rocha, titular da 1ª Vara Criminal da Capital, na última segunda-feira (29). A advogada de defesa de Yan, Marilda Cantal, disse à Redação Integrada de O Liberal, nesta quinta-feira (1º), que o laudo também será enviado ao Ministério Público (MPPA), após o pedido do perito Elenilson de que Yann seja internado.

“Acredito que no decorrer dessa semana ou da outra, ela (juíza Clarice) deve encaminhar ele (Yann) para internado no Hospital das Clínicas (Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna) ou em uma casa penitenciária que tenha condições de cuidar de uma pessoa que tenha problema assim”, comentou a advogada do suspeito.

Yann se esfaqueou para ser socorrido e sair do local, diz defesa

Assim que o sequestro terminou - crime que foi considerado pelas autoridades de segurança pública do Pará como a negociação mais longa da história do Estado - Yann cravou uma faca no próprio pescoço. Ele desmaiou por conta da perda de sangue e foi encaminhado ao Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, em Ananindeua.

“Não tentei me matar. Na hora em que a menina (Ana Júlia) foi liberada, a polícia correu toda em cima de mim e eu estava ainda com a faca na mão direita, enfiei no meu pescoço para ver se eles me socorriam e não me matavam”, assumiu o sequestrador à advogada Marilda.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“O dia que renascemos”, disse vítima

Uma semana depois de ser sequestrada com os filhos, Ana Júlia desabafou sobre as dificuldades que vêm enfrentando, as quais envolvem os filhos, as finanças e o medo. Para ela, foi o dia que eles renasceram. “Ele (Yann) estava se estressando a todo momento com meus filhos. Quando ele entrou, já estava defecado. A todo momento, ele não parava de defecar. Passava na gente. Quis que meus filhos comecem o bolo da mão dele. Um pedacinho só”, acrescentou a vítima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça concede medidas protetivas de urgência para dançarina agredida por MC Anjinho

O suspeito está preso desde o último domingo (28). Segundo a Polícia Civil, após passar por audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, isto é, tempo indeterminado



O Liberal

01.06.23 15h53



A justiça paraense concedeu medida protetiva de urgência em favor da **dançarina Mel Dantas**, que foi agredida com um golpe de capacete de moto pelo cantor **Leonardo do Nascimento Fernandes**, conhecido artisticamente como **MC Anjinho**. O suspeito está preso desde o último domingo (28). O caso é investigado pela **Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam)**. Segundo a Polícia Civil, após passar por audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva (por tempo indeterminado).

Na decisão judicial, divulgada no último domingo (28), o juiz da 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci argumentou que “tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, entendo necessário e aplico de imediato as seguintes medidas protetivas de urgência, em relação ao agressor”.

Com a determinação, **o MC fica proibido de se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 metros, além de frequentar a residência da dançarina**. As medidas têm validade de seis meses. Em caso de descumprimento, Leonardo poderá sofrer outras sanções judiciais.

A reportagem de O Liberal entrou em contato com o advogado João Veloso de Carvalho, que trabalha na defesa de MC Anjinho, e aguarda retorno. Ao defensor, a reportagem questionou qual a versão do suspeito e que estratégias estão sendo adotadas visando uma possível liberdade para o artista. Também foi questionada a existência de outros processos por violência doméstica que constam contra o cantor no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA).

Relembre o caso

Leonardo do Nascimento Fernandes, conhecido como **MC Anjinho**, foi preso depois de agredir a dançarina **Mel Danttas** com um golpe de capacete de moto. Imagens que circulam nas redes sociais mostram que a vítima chegou a desmaiar. Ela foi socorrida e levada a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Em seguida, procurou uma delegacia especializada para denunciar o crime. O artista foi preso no domingo (28), em casa, e negou o crime aos policiais.

A dançarina usou as redes sociais para esclarecer que não tinha nenhum relacionamento com o agressor, mas, ainda assim, ele sentia ciúmes dela.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A agressão teria ocorrido depois que um homem passou a seguir a dançarina nas redes sociais. O MC e a vítima estavam em uma festa, da qual foram embora juntos. Tudo teria acontecido em frente à residência da vítima.

Após agredi-la, Leonardo só teria ido embora ao notar que um homem do outro lado da rua presenciava o ocorrido. O MC teria fugido levando o celular da vítima, o qual ainda teria sido formatado por ele.

OAB Pará divulga candidaturas aptas para o desembargo no Tribunal de Justiça do Estado

Total de 14 advogados constam na lista



O Liberal

01.06.23 20h42



A **Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Pará)** divulgou, nesta quinta-feira (1º), a **lista nominal das candidaturas** deferidas e indeferidas ao quinto constitucional do **Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)**.

O **quinto constitucional** é um mecanismo de democratização da Justiça, pois que garante que um quinto (20%) das vagas de determinados Tribunais destinem-se a integrantes do sistema de Justiça que não sejam magistrados de carreira.

Veja quem são os candidatos na disputa pelo cargo de desembargador no TJPA:

- Daniele Ribeiro de Carvalho Lima, OAB/PA 11.915

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Marcus Valério Saavedra Guimarães De Souza, OAB/PA 8.238
- Cesar Ramos Da Costa, OAB/PA 11.021
- João Batista Vieira Dos Anjos (João Índio), OAB/PA 7.770
- Alex Pinheiro Centeno, OAB/PA 15.042
- Odilon Vieira Neto, OAB/PA 13.878
- Humberto Feio Boulhosa, OAB/PA 7.320
- José Ronaldo Dias Campos, OAB/PA 3.234
- Kelly Cristina Garcia Salgado Teixeira, OAB/PA 10.604
- Roberta Pires Ferreira Veiga, OAB/PA 16.012
- Katia Tolentino Gusmão Da Silva, OAB/PA 4.213
- Denis Da Silva Farias, OAB/PA 11.207
- Lia Daniella Lauria, OAB/PA 10.719
- Hugo Leonardo Pádua Mercês, OAB/PA 17.835

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br